

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
12 de novembro de 2019 - Nº 681 - www.sindipetrocaxias.org.br



ACORDO ASSINADO



TEM QUE SER CUMPRIDO!

Em documento enviado na última sexta-feira, 08, à Gerência de Recursos Humanos da Petrobrás, a FUP questionou os gestores sobre o descumprimento de cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pactuado com as representações sindicais, após mediação feita pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A agressiva política de despedidas, demissões incentivadas e transferências em massa de petroleiros e petroleiras, bem como a inclusão de metas de segurança, saúde e meio ambiente como critérios para pagamento de bônus e concessão de vantagens, ferem as cláusulas 41 e 86 do ACT (que tratam de efetivos) e o parágrafo 9º da cláusula 73, que veda o uso de metas de SMS em avaliações. Há mais de dois anos, a gestão da

Petrobrás nega-se a debater efetivos com a FUP e seus sindicatos, como determina a cláusula que garante a realização de um fórum corporativo anual sobre o tema.

De forma unilateral, a empresa continua impondo aos trabalhadores demissões incentivadas (PDV, PDA, PAD e outros) e transferências em massa.

A FUP cobrou que a Petrobrás cumpra o ACT, convoque imediatamente o Fórum de Efetivo e informe às representações sindicais os critérios que estão sendo aplicados para transferência e demissões dos trabalhadores das unidades que foram colocadas à venda ou que estejam em processo de redução de atividades e desmobilização.

“Até o cumprimento do que foi acordado, requeremos a

imediate suspensão de todos os processos de despedida, demissão, ou transferência, vinculados à venda, desmobilização ou redução de atividades nas unidades da empresa”, destaca a FUP no documento enviado ao RH da Petrobrás.”

A Federação também cobrou a “extinção do uso de metas de SMS como critério qualquer para a avaliação de empregados, individual ou coletivamente, e subsequente pagamento de quaisquer parcelas, ou concessão de vantagens, inclusive quanto ao chamado sistema de consequências”.

A FUP cobrou um posicionamento da Petrobrás até o dia 12 de novembro. Acesse o acordo coletivo assinado em www.sindipetrocaxias.org.br/acordos-coletivos [FUP]

Reunião de acompanhamento do ACT

A FUP garantiu na mediação do Acordo Coletivo de Trabalho com o TST a cláusula que mantém o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e a retomada do processo de negociação com a Petrobrás. A primeira reunião está agendada para o dia 12.

A FUP já encaminhou à Gerência de Recursos Humanos documento reiterando a proposta que já havia

sido exaustivamente negociada com a Petrobrás, mas que a empresa refutou, ao insistir em vincular o Sistema de Consequências à PLR, punindo duplamente os trabalhadores envolvidos no que os gestores chamam de “conflito de interesse” e “danos patrimoniais”.

No documento enviado ao RH, a FUP propõe a alteração deste ponto do acordo de regimento, de modo

que só seja aplicada dedução da PLR em casos de “punições cujas medidas disciplinares forem definidas pelo Comitê de Medidas Disciplinares em decorrência de fraude, corrupção, nepotismo e assédio moral e sexual”.

Outro ponto do Acordo Coletivo de Trabalho mediado pelo TST que a FUP tratará com a Petrobrás serão as tabelas de turno.

Sem refino, Petrobrás seguirá refém de preço internacional



A privatização das refinarias não trará a redução do preço dos combustíveis para o consumidor final, como a gestão da Petrobrás vem propagando. Segundo dados apresentados pelo economista Henrique Jäger, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), os caminhos para essa redução incluem o aumento da capacidade instalada das refinarias existentes e uma revisão na política de parametrização de preços de acordo com o mercado internacional.

Ele fez uma exposição técnica na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara na tarde da última terça-feira (5), em Brasília. O debate sobre a política de preços dos combustíveis praticada pela Petrobras foi proposta pelos deputados Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Célio Moura (PT-

MG).

Deputados de várias legendas estão especialmente preocupados com a insatisfação de caminhoneiros com o recente aumento de 5,7% no preço do diesel. Participaram da audiência representantes de ministérios, dos caminhoneiros, da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo.

Em sua exposição, Henrique Jäger mostrou que a crença de que a privatização vai aumentar a concorrência e, conseqüentemente, diminuir os preços, não se sustenta frente a uma análise técnica. “Há uma enorme dificuldade para a concretização dessa auto-profecia defendida pela atual gestão da Petrobras. Essa dificuldade pode ser resumida em dois pontos principais. Primeiro, a margem de lucro do refino é relativamente pequena, portanto não há espaço para grande

mudança no preço. Além disso, a Petrobras adotou uma estratégia deliberada de reduzir o refino no país, o que só a deixa ainda mais refém da parametrização de preços, que são ajustados de acordo com as flutuações do mercado internacional”.

Para o pesquisador, a privatização pode falhar até mesmo na tentativa de acabar com o monopólio, já que há a tendência da formação de monopólios privados regionais. “O exemplo mais claro disso é a Refinaria Isaac Sabaá, a Reman, que abastece a sete estados da Amazônia”.

A tributação também é um ponto a ser revisto, especialmente no caso do ICMS. “Ao usar o preço médio ponderado ao consumidor final como base de cálculo, a tributação acaba punindo quem vende mais barato. No modelo atual, quem vende mais caro paga, proporcionalmente, menos ICMS”, explica Jäger.

A participação do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo (Inep) trouxe elementos novos, que não seriam tratados na audiência. Apesar da defesa que a Petrobras fez de sua política atual de preços, houve acordo entre os presentes no sentido de que é necessária uma revisão e um consenso de que é preciso aumentar o uso da capacidade instalada, que já foi de 100% e hoje é de cerca de 73%.

[INEEP]

Marcação de férias

Foi encaminhado às gerências da REDUC, UTE-GLB e TECAM um ofício do Sindipetro Caxias solicitando que as férias sejam usufruídas pelos trabalhadores aos termos da lei, com divisão em até três períodos desde que haja concordância do empregado.

CLT, Art. 134, parágrafo 1o: § 1o Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Diante disso, foi solicitado pelo Sindipetro Caxias que a empresa adequasse seu programa de marcação de férias na forma da Lei, para que os trabalhadores (as) tenham a oportunidade de escolherem como dividirão as suas férias.

Ação do FGTS



Veja o vídeo: <http://bit.ly/acao-fgts>

Em 2014, o Sindipetro Caxias ingressou com diversas ações individuais sobre o FGTS, entretanto, devido ao cenário político e econômico, em 2016 o Sindipetro requereu a desistência das ações individuais, e ingressou com a ação coletiva.

Em 2018, o STJ julgou improcedente, o que gerou a condenação de honorários sucumbenciais em alguns

poucos processos.

Assim, agora, com a movimentação do STF, o Sindicato irá aguardar a decisão final para dar prosseguimento nas demandas, vez que, se julgado improcedente, o associado pode ser condenado em custas processuais.

Para outras informações visite nosso site www.sindipetrocaxias.org.br

Conselho Deliberativo da FUP aprova proposta de equacionamento do GT PETROS

O Conselho Deliberativo da FUP, reunido nos dias 5 e 6 de novembro, aprovaram a última proposta do GT da Petros para o plano de equacionamento do déficit do Plano Petros 1.

A proposta também foi avaliada pelo Conselho Nacional dos Aposentados e Pensionistas em seu encontro nacional realizado em outubro, dando indicativo de

aprovação ao Conselho Deliberativo da FUP.

Depois de quase dois anos, o processo encerra-se garantindo a estabilidade e a perpetuidade do plano Petros no sistema Petrobrás.

A direção do Sindipetro Caxias realizará assembleia para aprovação da proposta pelos beneficiários do Plano Petros 1 da ativa, aposentados e pensionistas ReNR. A data será divulgada em breve.



Trocas na UTE



A direção do Sindipetro Caxias solicitou uma data de reunião com o gerente da planta da Usina Termelétrica Governador Leonel Brizola (UTE-GLB) para retornar com as trocas dos trabalhadores do regime de turno que foram suprimidas de forma unilateral e

sem comunicado ao Sindipetro.

A usina faz parte da holding Petrobrás, assim como a REDUC que ainda mantém as 5 trocas por mês (não somente nas folgas) e mais uma para universitários/estudantes.

LULA ESTÁ LIVRE E É INOCENTE!

Finalmente tivemos neste momento o respeito à constituição pelo STF, o mesmo que em vários eventos atrás demonstrou fraqueza e lado contrário a democracia e a própria constituição. Neste momento LULA está livre da cadeia, mas não da perseguição da extrema direita e de seus simpatizantes, os ataques e as manifestações já começaram e temos que estar atentos ao que acontece neste momento com os nossos vizinhos

Só para lembrar da importância do governo LULA para nossa existência, o Pré-Sal só existe por que ele contratou o melhor geólogo à época para investir em novas descobertas e não poupou investimentos para isso, onde em 2007 foi confirmado a primeira jazida de óleo nesta nova fronteira exploratória.

Hoje, se não fosse essa descoberta, a Petrobrás estaria com



uma produção de no máximo um milhão e meio de barris diários e sem perspectiva de melhoras.

Pedro Parente chegou a dizer quando assumiu a presidência da Petrobrás que nós endeusávamos de mais o Pré-Sal e até o fim da sua vida na Petrobrás, sendo obrigado a desfazer tudo que falara a respeito.

Agora recentemente vimos Petrobrás ganhar praticamente sozinha os

dois últimos leilões e que se não fosse a nossa luta contra o projeto do Serra entreguista, ela não teria a preferência nesses blocos e assim ia mais uma fatia da nossa soberania energética.

Agora os ataques se acirrarão em torno deste tema, pois farão de tudo para retirar a preferência da Petrobras em novos leilões, e aliado a isso, vão tentar criminalizar todos aqueles que lutam dia após dia para defender

a soberania deste país, o qual o seu maior símbolo foi o Governo do nosso presidente Lula.

A FUP e seus sindicatos não baixarão a guarda em defesa da Petrobrás e da soberania nacional e para isso teremos que defender o discurso daquele que transformou a nossa empresa na mais desejada para se trabalhar bem como uma das maiores e mais respeitadas do mundo. Sigamos em frente com LULA inocente.

580 dias de injustiça

Após dezenas de reviravoltas na Justiça, com decisões políticas e persecutórias, que aceleraram a tramitação de

seus processos e negaram diversos recursos que tentavam recuperar sua condição de inocente, o ex-presidente Luiz Inácio Lula

da Silva finalmente deixou a prisão no dia 8, após 580 dias preso politicamente. Lula deixou a prisão um dia depois da decisão

do Supremo Tribunal Federal, por 6 a 5, contra a antecipação da pena para réus condenados em segunda instância.